

## Ministério de Minas e Energia

### Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

#### Sumário

<b>VEÍCULO: O Estado de São Paulo .....</b>	<b>2</b>
Título: Light recorre à recuperação judicial .....	2
<b>Título: Efeito de nova lei, crise financeira e furto de energia complicaram Light.....</b>	<b>3</b>
Título: Aneel diz que vai ‘assegurar prestação do serviço’ .....	5
Título: Petrobras vai ‘reavaliar’ preços e divulgar nova política na próxima semana, diz Prates .....	5
<b>VEÍCULO: Folha de São Paulo .....</b>	<b>7</b>
Título: Assim não vendo .....	7
<b>Título: Com dívidas de R\$ 11 bi, Light pede recuperação judicial.....</b>	<b>9</b>
Título: Petrobras confirma que deve reduzir preço da gasolina .....	12
<b>VEÍCULO: O Globo.....</b>	<b>14</b>
<b>Título: Desordem na casa: Pressionado no Congresso, Planalto equadra PT e convive com disputas entre ministros.....</b>	<b>14</b>
Título: Recuperação judicial da Light abrirá batalha nos tribunais com os credores .....	17
Título: Para Analistas, mudanças na política da Petrobras pode afetar resultados.....	20
Título: Lula sobre Eletrobras ‘Uma coisa de lesa-pátria’ .....	22

**VEÍCULO:** O Estado de São Paulo**Data:** 13/05/2023**Seção:** Economia**Autor:****Título:** Light recorre à recuperação judicial

Pressionada por cerca de R\$ 11 bi em dívidas, agravadas pelo furto sistemático de energia, empresa do setor elétrico faz pedido à Justiça por meio de grupo controlador

Em busca de solução para cerca de R\$ 11 bilhões em dívidas, a Light, empresa centenária e uma das principais no setor elétrico do País, pediu ontem recuperação judicial. A solicitação foi feita em nome da holding Light, que controla a distribuidora Light Sesa e a geradora Light Energia, que como concessionárias de serviços públicos não podem recorrer diretamente ao instrumento jurídico. A empresa presta serviço para 11,6 milhões de consumidores em 31 municípios do Estado do Rio.

Os escritórios Salomão, Kaiuca, Abrahão, Raposo Cotta e Galdino & Coelho, que entraram com o pedido, dizem que a holding é “coobrigada solidária das maiores obrigações financeiras do Grupo Light”, e ainda pedem a extensão dos efeitos de suspensão das cobranças, previsto na lei de recuperação judicial, para as subsidiárias.

O caso vai além de uma crise financeira comum. Envolve, entre outras questões, um problema de segurança pública, em razão do elevado furto de energia elétrica – o conhecido “gato”. (leia análise na pág. B2).

O grupo Light espera conseguir apresentar gradativamente aos credores uma proposta, em um prazo de 10 a 20 dias. Segundo o presidente da Light SA, Octavio Lopes, a companhia já está “bem próxima de ter 100% estruturada uma proposta de uma solução para credores”.

O pedido se segue a uma tentativa de mediação forçada com credores, levada à Justiça pelos advogados da empresa, que também suspendia as cobranças por 30 dias. O prazo expirou na quinta-feira. A Light já havia suspenso os pagamentos de obrigações com debêntures, afetando o recebimento de cerca de R\$ 400 milhões. A pretensão da Light era não só avançar numa conversa com seus credores, mas também com a Aneel, órgão regulador, para antecipar a renovação da concessão em termos financeiros melhores do que os atuais. CYNTHIA DECLOEDT, LUCIANA COLLET e WILLIAN MIRON

**VEÍCULO: O Estado de São Paulo****Data: 13/05/2023****Seção: Economia****Autor: Renée Pereira****Título: Efeito de nova lei, crise financeira e furto de energia complicaram Light**

O pedido de recuperação judicial da Light é resultado de uma série de fatores, que vão desde questões financeiras até algumas decisões equivocadas. Com quase 124 anos de existência, a companhia viu suas receitas caírem, a dívida subir e o caixa minguar nos últimos dois anos. Ao mesmo tempo, os furtos e as fraudes de energia continuaram a crescer, sem uma política eficaz para contornar o problema. Em março, os chamados “gatos” representaram 58% de toda energia comprada pela empresa para atender a baixa tensão (pequenos consumidores).

Na prática, isso significa perda de receita e aumento de despesas, já que ela compra 100% da energia consumida na área, mas só fatura 42%. Normalmente, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) repassa para a tarifa parte das perdas nos reajustes anuais. Segundo levantamento do chefe comercial do Trademap, Einar Rivero, a receita a Light em 2022 foi R\$ 1,6 bilhão menor do que a de 2021. Enquanto isso, a dívida líquida avançou R\$ 1 bilhão. O reflexo no caixa foi um recuo de R\$ 1,5 bilhão.

Parte da queda de receitas resulta da Lei .º 14.385, de junho passado, que determinou a devolução integral, aos consumidores, de créditos tributários conquistados após a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins nas contas de luz.

A companhia começou já em 2021 a devolver os créditos: R\$ 374,2 milhões no reajuste de 2021 e R\$ 1,05 bilhão no reajuste de 2022. Ao final de dezembro de 2022, houve revisão tarifária extraordinária negativa de 5,89% decorrentes da devolução. Para 2023, há, em tese, montante expressivo a ser ressarcido aos clientes por meio de desconto nas tarifas.

O estudo do Trademap mostra que desde 2010 os números da Light enfrentam altos e baixos. Nesse período, a empresa entrou e saiu de megaempreendimentos, como a Hidrelétrica Belo Monte, teve aumento de capital de R\$ 1,3 bilhão via emissão de ações e perdeu um acionista de peso, que foi a Cemig. A estatal mineira deixou o grupo em 2021, para focar em projetos em Minas Gerais.

No período, o valor de mercado da empresa despencou, de R\$ 5,1 bilhão para R\$ 1,4 bilhão. As perdas de energia saltaram de 42% para os atuais 58%. “Nesse turbilhão, a empresa foi se endividando. Com a alta dos juros, a situação complicou”, diz o coordenador-geral do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel), da UFRJ, Nivalde Castro, destacando que dois terços da dívida são CDI + spread.

“A empresa entrou numa espiral de crise. Quando veio o problema da Americanas, acendeu um sinal de alerta em relação à Light”, diz o professor. Em tempo: Beto Sicupira, acionista da Americanas, também é acionista da Light. Junta-se a isso o fato de a concessão da empresa vencer em 2026. Sem uma definição de como será o futuro da companhia, investidores e bancos ficaram receosos para emprestar dinheiro.

Nesse cenário, o estopim para a recuperação judicial ocorreu por volta de 11 de abril, quando venceu uma dívida da empresa e ela não conseguiu alongar. Isso provocou uma onda de credores querendo antecipar o vencimento de suas dívidas – opção prevista em contrato quando algum indicador não é alcançado.

O sócio do Galdino & Coelho, Pimenta, Takemi, Ayoub Advogados, Luiz Roberto Ayoub, um dos escritórios que assessoram juridicamente a companhia, diz que uma série de questões levou a empresa ao pedido de recuperação judicial. Segundo ele, a Light vem sofrendo reflexos da violência no Rio, que a fizeram se endividar para fazer os investimentos de proteção da rede. “São equipamentos caríssimos, mas que precisam ser trocados com frequência.”

A recuperação judicial não foi bem recebida pelo mercado, que já estava aborrecido desde o fim do mês passado, quando a empresa aprovou um novo plano de remuneração aos executivos. Além de 70% na remuneração anual dos executivos da diretoria e do conselho, aprovou bonificação caso consigam renovar a concessão da distribuidora.

A decisão não caiu bem nem na Aneel nem no Ministério de Minas e Energia, afirmam agentes do setor. Segundo um executivo do mercado financeiro, a medida pode ter um efeito contrário na hora do processo de concessão.

**VEÍCULO: O Estado de São Paulo****Data: 13/05/2023****Seção: Economia****Autor: Ludymilla Rocha****Título: Aneel diz que vai 'assegurar prestação do serviço'**

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) informou ontem que sua atuação administrativa e judicial diante do pedido de recuperação judicial feito pela Light se dará para preservar a “prestação adequada de serviços da companhia” como previsto no contrato vigente até 4 de junho de 2026.

Em nota, a agência disse que “adotará as medidas necessárias, preventivas e/ou coercitivas, para assegurar a prestação adequada do serviço de distribuição de energia elétrica na área de concessão da Light”.

A Aneel informou ainda que o pedido de recuperação foi feito pela holding da Light diante do impedimento de iniciativas como essa para distribuidoras em razão da Lei n.º 12.767/2012.

Disse também que vem monitorando a companhia em regime diferenciado de acompanhamento de indicadores econômico- financeiros, por meio de um Plano de Resultados, e manterá a iniciativa. A agência reforçou que nenhuma obrigação intrassetorial teve seus pagamentos suspensos ou postergados, incluindo contratos com geradoras, transmissoras e encargos setoriais. As obrigações com fornecedores de serviços, equipamentos, mão de obra e funcionários também seguem preservadas. LUDMYLLA ROCHA

**VEÍCULO: O Estado de São Paulo****Data: 13/05/2023****Seção: Economia****Autor: Gabriel Vasconcelos e Denise Luna****Título: Petrobras vai 'reavaliar' preços e divulgar nova política na próxima semana, diz Prates**

Presidente da Petrobras afirma que prática de paridade de importação levava à 'abdicação absoluta' das vantagens nacionais

O presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, disse ontem que a companhia vai “reavaliar” o preço dos combustíveis na próxima semana e divulgar informações sobre a sua nova estratégia de preços.

“O critério (dos preços) vai ser de estabilidade versus volatilidade. Não precisamos voltar ao tempo em que não houve nenhum reajuste, como em 2006 e 2007, mas também não precisamos voltar à maratona de 118 reajustes no ano em um único combustível, como em 2017, o que levou à greve dos caminhoneiros”, disse durante entrevista coletiva sobre os resultados na empresa, que lucrou R\$ 38,1 bilhões, como mostrou o Estadão ontem.

Prates afirmou que a Petrobras vai continuar a seguir a referência internacional dos preços do petróleo e derivados e a competitividade interna dos mercados regionais. Segundo ele, sempre que a companhia puder aguardar para responder a uma instabilidade ocasional no mercado internacional, vai fazê-lo em benefício da estabilidade para o cliente. Nesse ponto, ele completou: “Existe chance de haver reajuste? Sim. Na semana que vem vamos reavaliar alguns combustíveis.”

O presidente da Petrobras destacou que, nos 100 primeiros dias da gestão, o preço do diesel praticado pela Petrobras caiu 23%, o da gasolina, 4%, e o do GLP (gás de cozinha), 19%.

Ele disse que outro critério que vai nortear a nova política de preços será a relação entre atratividade e abdicação de vantagens. Segundo ele, a prática do chamado preço de paridade de importação (PPI) levava a uma “abdicação absoluta” das vantagens nacionais, de ter uma “refinaria ao lado do consumidor, do meu cliente principal, de ter estrutura de escoamento e transporte próprias, de ter fonte de petróleo e capacidade de refino nacionais”.

#### ‘EMPRESA NACIONAL’

Prates voltou a dizer que planeja tornar a Petrobras “novamente nacional”, com presença em todas as regiões do Brasil. “Mostramos isso (aumento da presença da empresa no País) com os investimentos de US\$ 2,5 bi no primeiro trimestre”, disse.

**VEÍCULO: Folha de São Paulo****Data: 13/05/2023****Seção: Colunas****Autor: Julio Wiziack****Título: Assim não vendo**

Assim não vendo

A oferta de compra da Braskem pela estatal árabe Adnoc não passou pelo crivo da Novonor (ex-Odebrecht), nem no da Petrobras. Os acionistas já avisaram que avaliam outras saídas para a empresa, que está com problemas de endividamento. Pelas contas dos controladores, a oferta renderia, na prática, algo entre R\$ 27 e R\$ 30 por ação —bem menos do que os R\$ 47 prometidos. Por isso, nem sentam à mesa de negociação.

Mais...

O valor proposto de R\$ 47 por ação não é o valor líquido da operação. No detalhamento aos acionistas, somente R\$ 20 por ação serão pagos à vista. O restante (R\$ 27) sairá de debêntures (títulos de dívida) emitidas pelos proponentes corrigidas a 4% ao ano (R\$ 20 por ação); e outros R\$ 7 por ação em dinheiro, mas a depender do desempenho da Braskem.

...Virou menos

Os acionistas calcularam que o valor das debêntures no período da negociação seria corroído com correções muito abaixo da Selic (13.75% ao ano) e para receber os R\$ 7 extras, a ação da companhia precisaria estar valendo R\$ 70, algo considerado impraticável.

Fada...

A presidente Dilma Rousseff foi a avalista, junto a Lula, da indicação do advogado Raul Lycurgo Leite para a presidência da Eletronuclear. A empresa foi incorporada a uma nova estatal após a privatização da Eletrobras. Interlocutores da petista afirmam que ela atendeu ao pedido de Fernando Pimentel, ex-governador de Minas Gerais e padrinho político de Lycurgo.

...Madrinha

Formalmente indicado ao cargo pelo ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, Lycurgo terá a missão de concluir Angra 3, usina nuclear que ainda precisa de R\$ 15 bilhões, segundo cálculos preliminares, para ficar pronta. No Congresso, entretanto, a indicação vem sendo questionada, especialmente por integrantes da Frente Parlamentar de Energia Nuclear. Afirmam que Lycurgo não tem experiência nessa área.

Liderança

A Azul ultrapassou a Latam em passageiros que decolam do Brasil com destino a Miami, a principal porta de entrada de brasileiros nos EUA. A Latam dominava esse mercado.

Liderança 2

No primeiro trimestre, a Azul transportou 48,8mil passageiros até o aeroporto de Fort Lauderdale, vizinho a Miami. É lá que a Azul opera seus voos há anos. A Latam, no mesmo período, registrou 45,6 mil passageiros desembarcados no aeroporto internacional de Miami. A Gol vem numa distante terceira colocação (13,6 mil).

Eu?! não

No momento em que negocia a renovação antecipada de seu contrato, a concessionária de ferrovia Rumo Malha Oeste, do empresário Rubens Ometto, recebeu uma autuação recorde -R\$ 15,5 milhões. Os fiscais afirmam que a empresa lançou dormentes de madeira e trilhos em um córrego, ao sul de Corumbá (MS). A Rumo nega e afirma que os danos foram causados por outras empresas.

**VEÍCULO: Folha de São Paulo****Data: 13/05/2023****Seção: Mercado****Autor: Stéfanie Rigamonti****Título: Com dívidas de R\$ 11 bi, Light pede recuperação judicial**

Iniciativa é da holding, pois lei impede distribuidoras de energia de fazer a solicitação à Justiça

Brasília O grupo Light informou nesta sexta (12) que entrou com pedido de recuperação judicial (RJ) na 3ª Vara Empresarial do Estado do Rio de Janeiro, alegando necessidade de buscar solução para dívidas de cerca de R\$ 11 bilhões.

As dívidas estão concentradas na distribuidora de energia de mesmo nome, mas o pedido foi apresentado pela holding para contornar limitações legais. Distribuidoras de energia são proibidas por lei de entrar em RJ.

Segundo a Folha apurou, o grupo tenta contornar a cobrança antecipada das dívidas da concessionária, o que colocaria em risco até os pagamentos das operações com energia elétrica.

Em comunicado, a companhia afirmou que os desafios de sua situação econômico-financeira se agravaram apesar de seus esforços recentes. A reação do mercado foi forte. As ações da Light caíram 17,2%, cotadas a R\$3,85.

Em 11 de abril, a Light pediu e conseguiu, também na Justiça do Rio, uma cautelar para suspender o pagamento de parte de suas dívidas e instaurar um procedimento de mediação coletiva com credores.

A cautelar tem prazo de 30 dias e poderia ser prorrogada. No entanto, a Folha apurou que parte dos credores tem sido dura na negociação e um número expressivo deles trabalhava para derrubar a cautelar. Não há, ainda, a perspectiva de um acordo.

O jurídico da empresa considerou mais seguro buscar a RJ. Se insistisse na cautelar e ela fosse derrubada, as dívidas seriam, com certeza, executadas, afirmam fontes próximas à negociação.

Elas afirmam que esse ambiente mais agressivo criado por alguns credores elevou o risco de vencimento antecipado das debêntures e, conseqüentemente, de um “cross default”, ou calote cruzado e antecipado das dívidas.

Nesse caso, também ocorreria o bloqueio das contas da empresa, que são abastecidas pelo pagamento da tarifa de energia, instalando-se o pior cenário — os problemas financeiros da empresa passariam a contaminar a prestação do serviço de energia.

A distribuidora da Light, afirma outra fonte, não teria recursos para pagar a geradores, transmissores ou garantir a prestação do serviço de energia. Em última instância, poderia sofrer intervenção da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica).

O que se diz no setor é que todo o mundo sabe como começa a intervenção em uma empresa, mas ninguém sabe como ela termina. No caso da Light, sem dinheiro novo, seria uma trajetória temerária, avalia uma especialista do setor de energia.

A Light atende 4,5 milhões de consumidores em mais de 30 municípios do Rio. No entanto, 20% de sua área de cobertura está em locais dominados por narcotráfico e controle armado de milícias e também está entre as que mais perde receita com furtos de energia.

Em alguns pontos, como a zona oeste, a milícia chega a fazer ligações em seus empreendimentos imobiliários usando a energia da Light e cobrando do consumidor final como se produzisse a energia.

Em áreas onde a ligação é da distribuidora, a milícia cobra taxa adicional, o que acaba incentivando o cliente a desistir do serviço oficial.

A situação da empresa, avaliam alguns especialistas, é agravada pela demora dos órgãos reguladores em tomar decisões importantes.

A negociação da dívida, por exemplo, é prejudicada pela demora na definição das regras que vão reger a próxima rodada de renovação para a concessão de serviço das distribuidoras, tarefa que cabe ao MME (Ministério de Minas e Energia).

Pelo cronograma, 20 concessões de distribuidoras vão vencer entre 2025 e 2031. A Light é a segunda na fila, em 2024. As empresas precisam de uma sinalização antecipada, no entanto, o MME até agora não definiu as regras.

Alguns especialistas viram no pedido de RJ uma tentativa de fazer pressão sobre o governo para agilizar a discussão sobre a renovação da concessão no caso da Light.

Há uma sinalização da pasta de que o anúncio das medidas pode ocorrer na próxima semana, com a instalação de audiência pública sobre o tema.

Mesmo sem dar retorno nessa área, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, criticou a empresa nesta semana. Disse que a Light não vem apresentando “respostas à altura” sobre sua eficiência administrativa e afirmou que o governo não vai admitir que empresas sem gestão eficiente participem do processo de renovação contratual de distribuição — algo crucial para a viabilidade da empresa.

Os especialistas também criticam a demora da Aneel em avaliar o pedido da Light para obter RTE (Revisão Tarifária Extraordinária), que poderia dar um fôlego financeiro adicional. A Light fez o pedido na agência em março, mas ainda não obteve retorno. A RTE pede a aplicação de uma nova metodologia, e a Aneel alega que precisa de tempo para avaliar parâmetros distintos aos que são adotados atualmente.

Em nota, a agência disse que acompanha a situação da Light e que a empresa permanece em dia com suas obrigações.

À Reuters o secretário estadual da Casa Civil do Rio, Nicola Miccione, afirmou que o estado confia na manutenção da prestação de serviços pela Light.

“A gente entende que momentaneamente as questões financeiras deverão ser resolvidas no âmbito do processo, na mediação com os credores financeiros, e que a prestação de serviços deverá continuar regular para a população fluminense, indústria, serviço e comércio”, disse Miccione.

AB3, operadora da Bolsa, informou que vai excluir a ação da Light S.A., dona da distribuidora de energia, de todos os seus índices, após a companhia entrar com pedido de RJ.

A exclusão dos nove índices dos quais faz parte ocorrerá ao fim do pregão de segunda (15).

**VEÍCULO:** Folha de São Paulo**Data:** 13/05/2023**Seção:** Mercado**Autor:** Nicola Pamplona**Título:** Petrobras confirma que deve reduzir preço da gasolina

Rio de Janeiro Três dias após vazamento de informações sobre cortes nos preços dos combustíveis pelo governo, o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, admitiu nesta sexta-feira (12) que a empresa deve anunciar reduções na próxima semana.

A antecipação dos reajustes pelo Planalto, com grande antecedência, se tornou alvo de críticas entre minoritários e o setor de combustíveis, que já sentem impactos da redução dos pedidos de renovação de estoques à espera dos preços mais baixos.

Em entrevista nesta sexta, Prates disse que trará na próxima semana novidades sobre política de preços. “Há uma chance de que, ao tratar desse assunto na semana que vem, a gente faça avaliação dos [preços dos] combustíveis”, completou.

Ele não adiantou, porém, datas nem detalhes sobre o que será divulgado em relação a política de preços, alegando que não quer “dar spoiler”.

Eventual corte nos preços responde à redução das cotações internacionais do petróleo. Segundo dados dos importadores, a gasolina vendida pela estatal está hoje R\$ 0,39 por litro acima da paridade de importação. O diesel está R\$ 0,28 mais caro.

As primeiras notícias sobre cortes nos preços surgiram na quarta-feira (10), após reunião de Prates com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

No dia seguinte, parlamentares, influenciadores alinhados e até um ministro inundaram as redes sociais com informações sobre o tema.

Eles celebravam que o preço da gasolina será reduzido em R\$ 0,30 por litro, o do diesel, em R\$ 0,30 por litro, e o do gás de cozinha, em R\$ 15 por botijão de 13 quilos. Uma montagem com o rosto de Lula dizendo que o governo anunciou corte no preço do gás de cozinha começou a circular.

A antecipação dos cortes contraria a estratégia de divulgações da Petrobras, que geralmente anuncia reajustes em comunicados ao mercado, com início de vigência no dia seguinte. Por isso, se tornou alvo de críticas tanto entre minoritários da empresa quanto no setor de combustíveis.

A divulgação em comunicados tem o objetivo de garantir isonomia no acesso a informações que podem influenciar o desempenho das ações da companhia. É feita na véspera dos reajustes para tentar minimizar impactos sobre o mercado de combustíveis.

Ainda na noite de terça, a Petrobras se viu obrigada a enviar à CVM (Comissão de Valores Mobiliários) um comunicado negando a decisão sobre os reajustes.

Questionado sobre a antecipação de informações ao governo, Prates negou à Folha que a estatal tenha antecipado os reajustes ao governo e disse que as reuniões com o governo debatem temas referentes ao mercado nacional de combustíveis.

“É natural que a Petrobras, empresa que tem como acionista controlador o governo, faça esse diálogo. Daí a antecipar preços, pessoas do governo, políticos, influencers e tal vaticinarem quanto vai baixar esse ou aquele combustível fica por conta de qualquer um”, afirmou.

Também nesta sexta-feira, o diretor financeiro da Petrobras, Sergio Caetano Leite, disse que os estudos para a elaboração de uma nova política de dividendos vão considerar que a companhia deve ter remuneração compatível com outras grandes petroleiras globais.

Em 2022, a estatal foi a segunda maior pagadora de dividendos do mundo, de acordo com a gestora de recursos Janus Henderson, e tornou-se alvo até do então presidente Jair Bolsonaro (PL) pela elevada remuneração em tempos de recordes dos preços dos combustíveis.

O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assumiu com a promessa de alterar esse cenário, que reflete uma política de remuneração aos acionistas implantada na gestão Roberto Castello Branco, o primeiro presidente da Petrobras sob Bolsonaro.

**VEÍCULO: O Globo****Data: 13/05/2023****Seção: Política****Autor: Sergio Roxo****Título: Desordem na casa: Pressionado no Congresso, Planalto equadra PT e convive com disputas entre ministros**

Fustigado pela falta de fidelidade de sua base no Congresso, o Palácio do Planalto tenta enquadrar o PT, partido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para garantir a aprovação do novo arcabouço fiscal, enquanto tenta apagar incêndios nas relações entre integrantes do primeiro escalão do governo. Com menos de cinco meses no cargo, o petista vê as disputas internas se acumularem em áreas sensíveis e, ao menos por ora, não dá sinais de que planeje medidas enérgicas para conter as desavenças entre seus auxiliares.

As reprimendas até agora vêm sendo vocalizadas por homens de confiança de Lula no Planalto e no Congresso. Diante dos focos de instabilidade na base num momento em que o governo espera votar o arcabouço fiscal na Câmara até o final deste mês, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, e o líder do PT na Casa, Zeca Dirceu (PR), afirmaram que os petistas não vão apresentar emendas ao texto, com o objetivo de dar celeridade à tramitação da proposta. Alinhado às expectativas do Ministério da Fazenda, o relator da matéria, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), também cobrou coesão dos correligionários do presidente. Em uma amostra da importância dada ao assunto, o PT deixou de indicar o deputado Lindbergh Farias (RJ), um dos quadros mais experientes que a sigla tem na Casa, para a CPI dos Ataques Golpistas depois que ele criticou o projeto do governo.

#### CABO DE GUERRA

No caso com potencial para ser o mais espinhoso, Lula deve ser obrigado a arbitrar um conflito entre a Petrobras e a área ambiental por causa da exploração de petróleo na foz do Rio Amazonas. A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, já disse que o empreendimento é “altamente impactante” e que observa o caso do mesmo jeito que olhou para a usina de Belo Monte. A construção da hidrelétrica no Pará gerou conflitos com o presidente durante o segundo mandato dele (2003-2010) e foi um dos motivos que a levaram a deixar o governo em 2008 e, depois, o PT.

Tanto a Petrobras quanto o Ministério de Minas e Energia atuam para levar o projeto de exploração de petróleo adiante. No mês passado, um parecer interno do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) recomendou que a licença ambiental para a Petrobras seja negada. Caberá ao presidente do instituto, Rodrigo Agostinho, indicado por Marina, decidir. O caso foi revelado pelo site “Sumaúma”.

Nesta semana, também ganhou corpo a disputa entre o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e a Polícia Federal pelo controle da segurança pessoal de Lula, do vice Geraldo Alckmin e dos familiares dos dois. Historicamente, a função sempre foi desempenhada por militares do GSI.

Por desconfiança da infiltração de bolsonaristas no órgão, Lula decidiu, no começo do ano, criar a Secretaria Extraordinária de Segurança Imediata do Presidente da República para assumir essa função. A nova estrutura, formada predominantemente por policiais federais, atuará, a princípio, até 30 de junho. A cúpula da PF, porém, começou a trabalhar para tornar a secretaria permanente.

Na semana passada, porém, o novo ministro do GSI, Marcos Amaro, disse que há sinalização de que a segurança voltará para os militares. A afirmação provocou reação imediata dos policiais federais. Eles chegaram a divulgar um vídeo exaltando o trabalho dos agentes da Secretaria Extraordinária de Segurança Imediata. Também buscaram o apoio da primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja, para manter os militares longe do comando da proteção do presidente.

#### PRIMEIRA-DAMA

Uma outra disputa envolve diretamente Janja. A primeira-dama quer ter um cargo formal não remunerado na administração federal. Ela gostaria de assumir o Gabinete de Ações Estratégicas em Políticas Públicas, vinculado à Presidência. O posto funcionaria como braço do governo para ações estratégicas de articulação política entre diferentes ministérios e aconselhamento do presidente.

A Casa Civil, comandada por Rui Costa, porém, se opõe. A avaliação é que, se assumir o posto, Janja corre o risco de se tornar alvo da oposição, com convocações para prestar esclarecimentos em comissões do Congresso.

Em outro tema, a relação com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o presidente não será obrigado necessariamente a tomar decisão, mas terá que administrar diferenças. Ministros como Paulo Teixeira (Desenvolvimento Agrário) e Márcio Macedo (Secretaria-Geral) mantêm diálogo

e negociam com o movimento. Já o titular da Agricultura, Carlos Fávaro, afirma que não há sentido em haver invasão de terra durante a gestão Lula. Teixeira e outros cinco ministros —Padilha, Paulo Pimenta (Comunicação Social), Luiz Marinho (Trabalho), Wellington Dias (Desenvolvimento Social) e Márcio França (Portos e Aeroportos) —são esperados numa feira do MST em São Paulo neste fim de semana.

A pressão sobre o MST deve ampliar os constrangimentos do governo no Congresso, pois a oposição usará a CPI sobre o movimento, que deve ser instalada na semana que vem, como arma contra o Planalto.

#### MENSAGEM DE PAZ

Lula tem buscado se preservar, guardando certa distância dos episódios de tensão. Ele não participou, por exemplo, das reuniões em que o governo cobrou fidelidade de PSB e PSD nesta semana. MDB e União Brasil serão os próximos da lista da reprimendas.

Como parte da estratégia, ontem, o presidente buscou distensionar a relação com a base e transmitir a mensagem de que respeita a autonomia dos parlamentares.

—Ninguém é obrigado a votar como o governo quer. O deputado pode pensar diferente, fazer uma emenda, mudar um artigo. Faz parte do jogo democrático. Não é o Congresso que precisa do governo. É o governo que precisa do Congresso — afirmou petista, durante um evento no Ceará.

Alguns embates já foram resolvidos. Num deles, o Ministério da Fazenda decidiu cobrar imposto de encomendas de até US\$ 50 do exterior para pessoas físicas. Janja chegou a se envolver publicamente no caso e ajudou a convencer Lula a determinar que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, revise a medida.

Outro ocorreu durante as discussões sobre a formulação do novo arcabouço fiscal, quando houve divergências entre a Casa Civil e a Fazenda sobre a forma de controle dos gastos. A equipe de Haddad queria regras mais rígidas de controle da dívida, e a de Rui Costa, mais espaço para investimento. Prevaleceu neste caso, com a anuência de Lula, a visão da Fazenda.

— Quando dois ministros antagonizam, cabe ao chefe do Executivo liderar a decisão. Desde a redemocratização isso aconteceu —diz a cientista política

Carolina Botelho, da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj).

**VEÍCULO: O Globo**

**Data: 13/05/2023**

**Seção: Economia**

**Autor: Glauce Cavalcante, Rennansetti e Manoel Ventura**

**Título: Recuperação judicial da Light abrirá batalha nos tribunais com os credores**

A Light S.A., controladora da concessionária de energia do Rio, entrou ontem com pedido de recuperação judicial na 3ª Vara Empresarial do Rio, como antecipou o colunista do GLOBO Lauro Jardim. Com dívidas de quase R\$ 11 bilhões, a empresa vem enfrentando dificuldades há meses em razão dos “gatos” e da queda no consumo, além de sofrer o impacto do juro alto, que encareceu o crédito. A legislação, porém, proíbe concessionárias de energia de recorrerem à proteção contra credores (leia no texto abaixo), que funciona como uma blindagem no caixa até que a companhia consiga se reorganizar. Investidores viram no movimento da empresa uma manobra jurídica e prometem travar batalha nos tribunais com a companhia.

Embaixo da Light S.A. estão empresas como a Light Serviços de Eletricidade (distribuidora), aLightEnergia(de geração), a LightCom (comercializadora), a Light Conecta, de serviços, e o Instituto Light.

A distribuidora é a quinta maior do país, com 11 milhões de consumidores em 31 municípios. É nesta empresa que se concentram os problemas. As perdas decorrentes de furto de energia principalmente em áreas de alto risco chegaram a 58,36% em março. Na prática, isso significa que mais da metade da energia distribuída não foi paga. A legislação prevê limites para perdas que podem ser rateados entre os consumidores. No caso da Light, esse percentual é de 40,04%, ou seja, não cobre integralmente o efeito do “gato” no caixa. A distribuidora já iniciou discussões com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para rever esse limite, o que poderia ter impacto para o consumidor.

Em nota, a Aneel reforçou que a lei veda os regimes de recuperação judicial a concessionárias de serviços de energia elétrica, mas cita que o pedido foi apresentado pela holding. A agência ressalta que nenhuma obrigação teve

pagamento suspenso ou postergado pela empresa, o que inclui contratos com outras companhias e pagamentos de encargos.

Em caso de dificuldade financeira, a legislação em vigor determina que as concessionárias podem passar por uma intervenção feita pela Aneel. O contrato de concessão da Light se encerra em 2026 e até agora não há sinais de que será renovado. Ontem, as ações da Light caíram mais de 17% (leia mais na página 14).

Em abril, a Light já havia recorrido à Justiça com um pedido em caráter de urgência em busca de uma trégua para obrigações financeiras por 30 dias. O objetivo era evitar cobranças antecipadas de dívidas.

#### INVESTIMENTO MANTIDO

O presidente da Light S.A., Octavio Lopes, diz que nas conversas com credores ficou “transparente que uma reestruturação 100% extrajudicial não seria possível”, seria um processo que se prolongaria por meses:

—A questão é que, embora as concessionárias sejam empresas segregadas, a dívida não é. Todo o endividamento passa pela holding (Light S.A.), que é codevedora de toda a dívida. Assim, o que acontece com uma subsidiária impacta na outra. Então, precisamos de proteção judicial porque não temos dinheiro para cumprir o cronograma de pagamento de dívidas previsto em contrato.

Ainda assim, ele afirma que o investimento de R\$ 800 milhões na operação da Light este ano está mantido. A opção do grupo foi preservar as concessionárias operando em separado, de forma a garantir a manutenção dos pagamentos obrigatórios e investimentos para prestação e expansão do serviço. No escopo da recuperação judicial entrariam as dívidas financeiras da distribuidora e da geradora de energia.

— A empresa já tentou ao máximo negociar com os credores antes de pedir recuperação. Houve conversas com a Aneel para que a lei fosse respeitada. Na recuperação, isso pode ser mais ágil —afirmou Rodrigo Cotta, sócio do Salomão, Kaiuca, Abrahão, Raposo e Cotta Advogados, que, junto com o Galdino & Coelho, Pimenta, Takemi, Ayoub, assina o pedido apresentado à Justiça. —A intenção é aprovar o plano (de recuperação). E mostrar nos próximos dias que a companhia pretende honrar boa parte da dívida. A negociação vai ser quanto a forma e prazo de pagamento.

Para Lopes, a empresa foi levada a pedir proteção judicial em razão de um pequeno grupo de credores:

— Há um número pequeno de gestoras, com parcela de 5% da dívida, extremamente agressivas. Mas quem se beneficia fazendo a Light ter de pagar R\$ 11 bilhões? Não temos R\$ 11 bilhões escondidos, somos uma Corporation — disse Lopes, em referência ao fato de a empresa não ter controlador definido.

#### INTERESSE DA EQUATORIAL

Cláudio Brandão Siqueira, sócio da BeeCap, boutique financeira que representa credores donos de R\$ 5 bilhões em dívidas, chamou o pedido de jogada judicial e defende a troca do comando da Light. Isso se daria por meio de mudança societária. Segundo os credores, além do empresário Nelson Tanure, que comprou recentemente fatia de 15%, há outros interessados.

— O management quebrou qualquer capacidade de crédito da companhia. Não é o caminho para uma distribuidora de energia, que precisa de dinheiro do mercado de capitais. Eles quebraram a crença com esse circo. Essa companhia precisa mudar a administração e ela vai — afirmou.

Segundo a coluna Capital, há dois fundos de special situations (especializados em entrar no capital ou conceder crédito a empresas em dificuldade) olhando o negócio, além de uma companhia do setor elétrico. Segundo uma fonte a par das tratativas, o Grupo Equatorial (distribuidora de Alagoas, Maranhão, Pará e Piauí) estaria avaliando possível transação, mas nenhum processo formal foi iniciado até agora.

De acordo com Siqueira, 33 mil pessoas físicas têm debêntures (títulos de dívida) da Light e outras 3 milhões investem em fundos que compraram esses papéis.

Para Vitor Ferrari, especialista em recuperação judicial do Mazzucco & Mello, o processo pode afetar outras empresas do setor:

— Pode encarecer o crédito de todas as concessionárias de energia e depreciar as ações.

**VEÍCULO: O Globo****Data: 13/05/2023****Seção: Economia****Autor: Bruno Rosa****Título: Para Analistas, mudanças na política da Petrobras pode afetar resultados**

O fim da política de paridade de importação (PPI) pela Petrobras com o objetivo de reduzir os preços da gasolina e do diesel ao consumidor final pode não só afetar os resultados financeiros da estatal como não chegar por completo nos postos de combustíveis, dizem especialistas do setor. O presidente da companhia, Jean Paul Prates, disse ontem que a empresa vai anunciar na próxima semana sua nova estratégia comercial, que vai levar em conta a produção brasileira, a cotação internacional e o perfil do cliente.

Segundo Marcus D'Elia, sócio da Leggio Consultoria, a lucratividade da companhia com a nova estratégia comercial vai depender do equilíbrio entre os preços menores que serão praticados pela Petrobras com o fim do PPI e o aumento nas vendas. Porém, ele alerta que a Petrobras, mesmo reduzindo os preços nas refinarias, vai depender das distribuidoras para o repasse na bomba.

#### IMPACTO NA CONCORRÊNCIA

Segundo D'Elia, como cerca de 20% a 30% dos combustíveis são importados, essas distribuidoras vão fazer um mix entre os preços da Petrobras, que serão menores, e os dos importadores, que tendem a acompanhar em tempo real as cotações internacionais:

—Ao fazer esse mix, o preço médio não vai cair na mesma proporção. Ou seja, essa queda no preço que a Petrobras pretende fazer pode não chegar na bomba. Portanto, o preço ao consumidor será composto, em média, por 76% do preço Petrobras e 24% pelo preço dos importadores. Lembrando que, no Brasil, os preços são livres e não cabe ao governo definir o valor de venda do

combustível na bomba.

O especialista Pedro Rodrigues, sócio da consultoria CBIE, acredita que, ao acabar com o PPI, os resultados financeiros da estatal podem ser afetados, já que a companhia vai perder o chamado “custo de oportunidade”, pois diesel e gasolina têm preços cotados no mercado internacional:

— Fico sem entender, pois, se a Petrobras não vai seguir o PPI e não vai se desgarrar das cotações internacionais, como os preços serão “inexoravelmente mais baixos” (como disse Prates em entrevista ao GLOBO na edição de ontem)? Se ela começa a vender combustível mais baixo, deixa dinheiro na mesa, e isso afeta a rentabilidade.

Rodrigues lembra ainda que isso pode afetar a concorrência, pois há dúvidas sobre como ficará o volume de importação de combustíveis pelos importadores a depender dos preços que vierem a ser praticados pela Petrobras:

—O mercado nacional depende de agentes além da Petrobras. Não sei como os acionistas e o mercado vão se comportar.

‘MUITO BARULHO’

O analista Pedro Galdi disse que o mercado financeiro vê o tema como uma grande especulação. E cita ainda outros assuntos, como os dividendos e os investimentos:

—Ele (Prates) falou de preços de combustíveis diferenciados por estado. Isso faz sentido? A estratégia de investimento será refeita, mas quais serão as mudanças? Qual será a política de dividendos? É muito barulho.

Em entrevista coletiva ontem, Prates afirmou que a estatal vai seguir o critério de estabilidade de preços frente à volatilidade internacional e ser atrativo para o cliente:

— Não haverá uma abdicação das vantagens da empresa, como ter refino e produção no Brasil. Não precisamos voltar a um tempo em que não tínhamos reajustes, como em 2006, que não teve nenhum, mas também não precisamos fazer iguala2017, quando teve uma maratona de 118 reajustes de combustíveis. Vamos continuar seguindo a competitividade interna em cada mercado que participamos e a referência internacional.

Em entrevista exclusiva ao GLOBO um dia antes, Prates afirmou que o modelo da nova estratégia comercial vai seguir uma área de influência por região, de acordo com as refinarias, e também variar com o tipo de cliente. Segundo ele, será “um preço inexoravelmente mais baixo do que o PPI.” Uma das críticas do atual governo é que a estatal reajusta seus combustíveis em uma política baseada nos preços de importação, que são balizados pelos custos de frete, dólar e petróleo.

**VEÍCULO: O Globo****Data: 13/05/2023****Seção: Economia****Autor: Alice Cravo****Título: Lula sobre Eletrobras ‘Uma coisa de lesa-pátria’**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a criticar ontem a privatização da Eletrobras e chamou trechos do contrato de “lesa-pátria”. Lula afirmou ainda que não se pode aceitar as condições impostas pela privatização e que é preciso denunciar:

— É uma coisa de lesa-pátria, uma coisa que agente não pode aceitar sem denunciar.

O presidente tem criticado intensamente o poder de decisão do governo no Conselho de Administração da empresa. Hoje, o governo tem 43% do capital total da companhia, considerando participações indiretas. Mas o poder de voto é limitado a 10%.

Na quinta-feira, Lula chegou a chamar a condição de “sacanagem” e afirmou que vai brigar para readquirir o direito de ter importância política na Eletrobras.

Por meio da Advocacia-Geral da União (AGU), o governo entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para ampliar seu poder de decisão no Conselho de Administração da Eletrobras. A empresa foi privatizada em 2022, na gestão de Jair Bolsonaro.

Hoje, qualquer acionista da Eletrobras tem o poder de voto limitado a 10%, independentemente da sua fatia no capital total. O modelo é uma forma de prevenir a formação de blocos de controle e garantir a Eletrobras como uma Corporation, com capital pulverizado.

**CAPAS DE JORNAIS**

# O ESTADO DE S. PAULO

PERIÓDICO SEMANAL  
Sábado 13 de maio de 2023 • R\$ 10,00 • An. 104 • Nº 4228  
estado.com.br

## Fim de semana



**E&N** ... 38  
**Uma boa hora**  
Relógios de luxo são alternativa de investimento, mas embutem risco

**Vida em SP** ... 41  
**Beco do Batman pode ter seu Batman**  
Warner propõe uma estátua para o herói

**C2** ... 1  
**Jonathan Franzen e suas 'Encruzilhadas'**  
Escritor fala ao **Estádio** sobre livro

**E&N Energia elétrica** ... 31 e 32

## Dívida, 'gatos' em excesso e crise levam a Light a pedir recuperação

Com quase 124 anos, empresa de energia viu receita cair, dívida ir a R\$ 11 bi e caixa minguar

**A** Light, empresa controlada por uma das principais famílias do setor elétrico do País, pediu ontem recuperação judicial em busca de solução para cerca de R\$ 11 bilhões em dívidas. Por se tratar de concessionária de serviço público essencial, o caso vai além de uma crise financeira comum. Nos últimos anos, a companhia viu suas receitas caírem, a dívida subir e o

caixa minguar. Os furcos e as fraudes de energia, os chamados "gatos", representaram 9% de toda a energia comprada pela empresa para atender a busca mensal (jornalismo.comunicadores) em maio. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Anel) informou que vai "assegurar prestação do serviço" no Estado do Rio. A Light diz que espera apresentar aos credores uma proposta em até 20 dias.

**Fraudes em apostas esportivas** ... 32

## Grupo no Telegram dava dicas de atletas que receberiam cartão

Empresário Bruno Lopez, de Goiás, apontado como um dos líderes do esquema de fraudes em apostas, disse em depoimento a investigadores que pagava para ter acesso a grupos nos quais apostadores diziam quais jogadores seriam advertidos em jogos.

**E&N IPEA** ... 31

## Inflação desacelera em abril, mesmo com alta de medicamentos

Índice foi de 0,84% no mês, ante 0,71% em março. No acumulado em 12 meses, taxa caiu de 4,65% para 4,18%.

**Governo** ... 31

## Lula parte para a negociação no varejo para tentar base no Congresso

Sem apoio sólido no Legislativo, presidente disse que a base governista precisará ser construída a cada votação.

**BEM-ESTAR Corpo** ... 34 e 35



## Muito além da fertilidade

Ovários exercem papel importante na produção dos hormônios responsáveis pela saúde feminina. Tarine Gubatan, de 36 anos, engravidou de Bless, de 1 ano e 9 meses, via fertilização in vitro.

**Notas e informações** ... 33

### Lula está atrapalhando o governo

**João Gabriel de Lima** ... 34  
Novos trilhões para o trem do futuro

**Fareed Zakaria** ... 35  
EUA devem recobrar juízo sobre suas armas

**Fernando Reinach** ... 36  
A linda diversidade dos genomas humanos

**PL dos Fake News** ... 32

Morais autoriza investigação de diretores de plataformas

**Doutores na Turquia** ... 35  
Doutor de Erdoğan acusa Rússia de interferência

**Ventilador** ... 37  
Fuei estudia alterações no número de quentes e radiação

**A partir dos 6 meses** ... 38  
Governo libera vacina contra gripe para toda a população

**JHSF**

Village Gardens & Village Park.

Dois exclusivos residenciais com clubes reservados e luas residenciais.

**VILLAGE**

Vila no páginas A27 e A11.

Edição de hoje

4 CADERNOS - 10 páginas



Editora A. Agência Política, Internacional, Negócios, Tópicos, Esportes, Para Você. E&N, Notícias, Economia & Negócios



Editora A. Companhia, A Gente, Notícias, M. Sua Vida

Tempo em SP

17 Maio 27 Maio



9 780000 000000

# FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

ANO 103 • Nº 34.873

SÁBADO, 13 DE MAIO DE 2023

R\$ 6,00



Policial revista homens em El Paso, Texas, na fronteira dos Estados Unidos com o México, após fim da medida de era-Trump para expulsão automática de migrantes. [Foto: Reuters/Imagem](#)

## Migrantes nos EUA detalham travessia ilegal na fronteira

O casal de venezuelanos Gustavo e Michele Garcia relata trajeto migratório de 4 meses até El Paso, por onde eles entraram nos Estados Unidos, no domingo (7). Dois dias depois, pediram asilo. Eles contam sobre vida no Peru, muitos no México, fuga da polícia travessia por florestas entre Colômbia e Panamá, onde viram corpos. [Migra 327](#)

**“** Perdemos amigos em um acidente e vimos morrer uma criança de oito anos **”**  
**Gustavo e Michele Garcia** migrantes venezuelanos

folhinha p.1

## Um pouco de paz

Cansaço materno faz descanso e diversão serem os melhores presentes dos filhos

ilustrada C1

Trajetória de Francis Hime é revisada em livro com ensaio e longa entrevista



## OS PRÉDIOS INCLINADOS DE SANTOS

Com a 30m de altura na ilha da cidade no litoral paulista são torres porque foram construídas sobre camada de argila marinha; grupo da prefeitura monitora a situação [Eco 10 p. 2](#)

## Mães solo têm rendimento 39% menor que o dos pais casados

Estudo do FGV Ibm mostra renda mais baixa de mães solteiras no mercado de trabalho. Valor por mês no fim de 2022 foi de R\$ 3.205, ante R\$ 3.413 de homens casados com filhos, diferença de 31%. Antes da pandemia, era de 33%. [441](#)

Folha Corrida B11

Folha pediu receitas que lembrem as mães dos leitores, e o colunista Marcos Nogueira testa a do bolo de macarrão.

Tsui Surui

‘Guarani’ indígena somos nós por nós. Pela primeira vez, indígenas da nação que se participam de imagens com sua arquitetura e com, em sua língua. [opção 14](#)

EDITORIAIS A2

Mens desigual sobre melhora da renda dos mais pobres em 2022.

Labyrinth genérico. Acerca de avanços no estudo de genoma humano.

## Com dívidas de R\$ 11 bi, Light pede recuperação judicial

Empresa que atende 4,5 milhões de pessoas no RJ tenta contornar credores e preservar distribuição de energia

O grupo Light entrou com pedido de recuperação judicial (RJ) na 2ª Vara Empresarial do Estado do Rio de Janeiro, alegando necessidade de buscar solução para dívidas de cerca de R\$ 11 bilhões.

A Light, que atende 4,5 milhões de consumidores em mais de 30 cidades do Rio, tenta contornar a cobrança antecipada de dívidas, o que teria em risco pagamentos de operações com energia.

As dívidas se concentram na distribuição, mas, porque estas são proibidas de entrar em recuperação, o pedido partiu da holding. As ações da empresa deixaram 27,2% para R\$ 3,96 e serão sua pessoa da Light. Em abril, o grupo obteve uma Justiça do Rio medida cautelar para suspender o pagamento de parte do débito e negociar com credores, mas o combate tinha sendo duro.

Por isso, o pedido da empresa considerava mais rápido buscar a recuperação judicial. A distribuidora da Light, segundo uma pessoa que viveu a situação, não teria recursos para pagar a geradores, transmissores ou garantir a prestação do serviço de energia e poderia sofrer intervenção da Anel. Além disso, a empresa é afetada por um limite de decisões legais. [Migra 329](#)

## Moraes quer investigar Google e Telegram

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, determinou a abertura de inquérito contra registros de Google e do Telegram no Brasil com parte no que chama de “campanha abusiva” para minar o projeto de lei das Fake News.

Pela determinação, a Polícia Federal atuará durante os dias para elucidar eventualis suspeitas. Mensagens publicadas pelas companhias contra o projeto poderão ser por perícia, e representantes das plataformas devem prestar depoimento.

São citados links na página oficial do Google, dia 7, que acusou o projeto de autoritarismo e censura. Mensagens de Telegram, no dia 9, que atribuiu à lei o fim da liberdade de expressão. As empresas não comentam. [Migra 37](#)

## China ordena recall de 1,1 milhão de veículos da Tesla

Mercado A11

## Planalto estuda MP para saneamento, e Congresso crítica

Mesmo após decreto da Câmara, o presidente Lula (PT) ainda quer mudanças no Marco de Saneamento e o governo estuda medida provisória. Deputados sinalizam novo revê se o Planalto insistir nas alterações via MP. [Migra 341](#)

## Defesa de Torres diz cooperar, mas descarta delação

A defesa do ex-ministro da Justiça Anderson Torres, sob o quinto, descarta um acordo de colaboração premiada, mas afirma que ele irá cooperar com as investigações colocadas o conteúdo de seu celular a disposição. [Migra 34](#)

## Musk anuncia Linda Yaccarino como a nova CEO da Twitter

Mercado A11



www.correiobraziliense.com.br

# CORREIO BRAZILIENSE

SEÇÃO: 13 de maio de 2023, SÁBADO, 13 de maio de 2023

**Multa aos covardes**  
Agência contra a corrupção pode dar punição de até R\$ 200 milhões a quem se aliou a A.M. na contratação pelo governador. **Estácio 12**



**Casal que morreu nos EUA estava junto havia 10 anos**  
José Chelidzev, 29 anos, e Anderson, 28, se conheceram em um casamento e há um ano São Francisco quer "se divorciar da esposa russa de Brasil" em nome dos pais. **Como da morte ainda é investigada. Pádua 11**

**Ataque às drogas**  
Carro com DZ a apuração de marapuntas. Das dez viagens de inteligência e fiscalização planeja ações para reduzir consumo e tráfico. **Estácio 12**

CB.PODER / GILMAR MENDES

## "As big techs precisam de um modelo de responsabilidade"

Milhares de votos do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes defendeu medidas para responsabilização das redes sociais pela disseminação de fake news. Aos jornalistas Ana Maria Campos e Carlos Alexandre de Souza, no CB.Poder, o ministro explicou a importância da liberdade de expressão, mas lembrou que "as redes sociais não podem dizer tudo". Na avaliação de Mendes, "não podemos aguar os serviços das big techs (responsabilidade das redes sociais)". Para o ministro do STF, a responsabilidade é de quem utiliza a porta aberta para a disseminação de notícias falsas, não a própria tecnologia. No programa, apresentado pelo jornalista da TV Brasília, Gilmar Mendes abordou diversos temas, como a reforma do Judiciário, o novo do Brasil. Ele também respondeu às críticas à Operação Lava Jato.



**"Acho que não estamos discutindo apenas o problema dos ataques nas redes sociais, estamos discutindo democracia, porque há uma perturbação da democracia"**

**Série D, banqueta para a máfia**  
Disputada por brasileiros e colombianos, a quarta divisão da Esmeraldas não é impenetrável. Somente três são presos após um processo de investigação de agentes e há risco de corrupção. **Estácio 12**

**Quatro jogos atiram a sexta rodada**  
Fluminense na Fluminense perdeu para o Botafogo. Flamengo não conseguiu vencer o Bahia, no Brás. São Paulo venceu o Atlético e o Corinthians venceu o Santos. **Estácio 12**



**Advogado descarta delação de Torres**  
Defensor do ex-ministro da Justiça afirma que seu cliente vai colaborar com as investigações sobre o caso do doleiro, mas não haverá acordo de delação premiada. Anderson Torres do Boreto pelo STJ na quinta, após passar 117 dias presos. **Estácio 12**



**A abolição no Brasil ainda não se completou**  
Hoje em dia, a escravidão chegou ao fim no Brasil, mas até hoje o racismo é uma coisa real. **Estácio 12**



**Asilo distante para os ilegais nos EUA**  
O primeiro dia depois do fim do Título G — o nome que previa deportação massiva de migrantes — foi de tensão. Não e por isso mesmo os migrantes nos EUA. **Estácio 12**



**Enfermagem**  
R\$ 7,3 bilhões não pagam o piso, dizem profetas. **Estácio 12**

**IPTU**  
Primeira parcela e taxa única vem na segunda-feira. **Estácio 12**

**Lei de Alienação Parental é questionada**  
No Poder do Grande, a sociedade não tem dúvida que não há dúvida. Mas não cabe a essa legislação, a qual foi criada em 2002 e que está a ser questionada no STF. **Estácio 12**

CLASSIFICANDO: 234.1196 - RESERVATÓRIA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.3000 - ASSINANTE: assinante.dig@abr.com.br - GRUPO GERAL: 3314.1346

MME / ASCOM .